



POR UMA HISTÓRIA LOCAL DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA: AS MULHERES NA ATUAL LEGISLATURA EM CRUZEIRO DO OESTE-PR

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3932

Rafael Egídio Leal e Silva, IFPR
Ana Leticia Stori Mendes, IFPR

Resumo

Este artigo tem por objetivo investigar a história da mulher vereadora no município de Cruzeiro do Oeste, localizado no noroeste do Estado do Paraná, enfocando os tempos atuais. Fundada em 1952, e atualmente com cerca de 21.000 habitantes (sendo 16.375 eleitores em 2016) a investigação neste município é interessante pois podemos caracterizar o papel da mulher na política local em municípios menores. Considerando que historicamente há uma baixa representatividade feminina na câmara local, uma vez que no período de 1955 até o ano 2004, foram as seguintes vereadoras eleitas na cidade: em 1972 (Solange Paiva Cardoso), em 1976 (Maria José Nobrega Gomes), em 1996 (Rose Cléia Cecconi Martins), em 2000 (Maria Helena Bertocco Martins) e em 2004 (Rose Cléia Cecconi Martins, novamente). Na legislatura de 2008 a 2012 não foram eleitas representantes femininas nesta câmara, a despeito dos incentivos governamentais, especialmente da Lei n. 9504/1997, que impôs cotas de candidaturas para cada sexo aos partidos ou coligações. Nas últimas eleições, em 2016, no entanto, foram eleitas 04 mulheres dentre as 11 cadeiras do legislativo local: Imaculada Conceição da Silva Magalhães, Aparecida Nunes Gonçalves, Nadya Correa Massé, Rosy Anne Almodovas Rodrigues. Pressupondo que o funcionamento da democracia implica na representação equilibrada da sociedade, especialmente nos parlamentos, questionamos a percepção das vereadoras da atual legislatura acerca da participação feminina na política no contexto de Cruzeiro do Oeste. Foram realizadas entrevistas anônimas com as vereadoras com roteiro aberto e cujo resultado é analisado neste artigo.

Palavras Chave:

Vereadoras; Cruzeiro do Oeste-PR; política; gênero.

Introdução/justificativa

Devido a raízes históricas e culturais da sociedade a mulher ainda encontra barreiras para se encaixar nos cenários sociais, principalmente no que tange a política tendo em vista que em nenhuma esfera da vida social a participação de mulheres e homens é tão desigual como no exercício do poder: ainda que as mulheres sejam mais da metade da população nacional, sua representatividade na política está muito aquém dos 50%.

Pode ser observado nas eleições de 2016 a presença de quatro mulheres eleitas para ocupar o cargo de vereadora no município de Cruzeiro do Oeste, o que mostra uma mudança significativa em relação aos anos passados, onde no período de 1955 a 2000 apenas quatro mulheres ocuparam o cargo de vereadora no município, evidenciando a desigualdade de gênero existente na política onde a mulher tem muita dificuldade em ser bem vista. A baixa participação das mulheres na política não deve ser entendida como resultado de seu desinteresse ou apenas de um veto de gênero por parte dos partidos.

É importante ressaltar que têm ocorrido avanços para combater a desigualdade de gênero, como a Lei n 9504/1997 relacionada a inclusão feminina nas esferas públicas do poder, garantindo 30% de vagas de candidaturas por gênero aos partidos. No entanto, essa participação feminina na política é desigual a participação do homem, devido à falta de incentivo a essas mulheres, pois as cotas por si só não tem sido garantia da representação igualitária de mulheres e homens. Deste modo, perante a esta contradição tem-se como presunção que o cenário da mulher na perspectiva populacional está sendo um espaço de luta afim de que ganhem vez e voz.

Sendo assim, trataremos na primeira parte deste artigo da relação entre mulher e política e em seguida

apresentaremos a pesquisa realizada com as vereadoras eleitas, bem como o resultado da entrevista.

Efetivamente, dados da Inter-Parliamentary Union (IPU), publicados em setembro de 2012, de um total de 190 países, o Brasil ocupa a posição 119 quando se analisa o percentual nacional de cadeiras no parlamento ocupadas por mulheres. São múltiplos os fatores que dificultam a entrada de mulheres em cargos públicos. Dentre esses são destacados aspectos de ordem cultural, social e institucional (SACCHET, 2009). É por esses impasses que são criadas as ações afirmativas, que se manifesta por exemplo na Lei 9504/1997, vista anteriormente, essas ações configuram-se em uma medida que objetiva efetivar o que já é de direito da mulher, que é a igualdade em todas as instâncias, Barbosa Gomes conceitua essa ação afirmativa destacando seu papel como de remediador.

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (BARBOSA GOMES, S.D.).

Ou seja, as ações afirmativas é um mecanismo de interferência (pública ou privada) para garantir que grupos excluídos tenham acesso ao âmbito social, político e econômico. Porém a questão colocada aqui não é apenas a garantia de representatividade feminina no cenário político, decretada pela lei de cotas e sim a representatividade proporcional, uma vez que a democracia só poderá crescer com a participação igualitária das mulheres na política.

A origem deste modelo existente na sociedade atualmente estereotipando a figura feminina, incapacitando-a de exercer e estar presente no meio político vem de uma relação cultural trazida de séculos atrás, Engels foi o primeiro a apresentar o que podemos chamar propriamente de “teoria do trabalho como origem da sociedade”. Por intermédio do trabalho deu-se início a sociedade de classes. Ou seja, a supremacia machista, que sustenta sobre o mito de que as mulheres representam um sexo inferior, existe somente em nossa sociedade de classes patriarcal. Ana Alice contribui manifestando

[...] a questão básica da exclusão das mulheres da esfera pública está ligada ao conceito de cidadania. Um conceito construído através de toda a história do pensamento universal, a partir de um modelo masculino voltado para os interesses dos homens, na medida em que refletem, em todos os processos históricos de sua constituição, a hierarquia social da sociedade, isto é, o patriarcado (COSTA, 1998).

Com isso foi sendo gerado o conceito de divisão mesmo, onde o papel da mulher é estar em casa, cuidando de seus filhos, sua casa e de seu marido, originando um estereotipo de que mulher é justamente um “corpo doméstico” já o papel do homem é de trabalhar para garantir o sustento da família. Isso é resultado de uma ideologia muitas vezes patriarcal, em que os homens possuem o “poder” do lar, enquanto a mulher possui as tarefas do lar.

Objetivos

O presente trabalho tem por objetivo conhecer a história e a trajetória das vereadoras na cidade de Cruzeiro do Oeste através de entrevistas, analisar os fatores que podem influenciar nesta participação tendo em vista o desafio encontrado pelas mulheres para destacarem-se em um universo

predominantemente masculino, principalmente vivendo em sociedades regidas por matrizes culturais atravessadas por relações assimétricas de gênero.

Resultados

Para os fins desta pesquisa foi traçado o perfil das vereadoras que constitui a câmara, o qual foi priorizado a idade, nível de instrução, estado civil, filhos, renda familiar mensal, nível de instrução pai/mãe e a religião. Tendo em vista que a religiosidade das candidatas, nível de instrução e instrução do pai/mãe foram os quesitos mais significativos para construir uma média do perfil destas candidatas e seu eleitorado. Para este artigo, faremos a exposição dos resultados obtidos a partir das perguntas abertas a partir de roteiro pré-determinado com as seguintes perguntas:

1. O que a levou a se candidatar para o cargo de vereador no município?
2. Em sua opinião, qual a importância da participação da mulher na política de Cruzeiro do Oeste?
3. Você considera a participação da mulher na política local baixa? Por quais motivos?
4. Como foi a sua campanha? Quais as dificuldades enfrentadas?

Ressaltamos que que foram entrevistadas todas as vereadoras eleitas (dentre as 11 cadeiras) do legislativo local: Imaculada Conceição da Silva Magalhães, Aparecida Nunes Gonçalves, Nadya Correa Massé, Rosy Anne Almodovas Rodrigues. Os resultados, no entanto, serão apresentados de forma anônima, como Vereadora A, Vereadora B,

Vereadora C, Vereadora D (as letras foram estabelecidas de forma aleatória, e não correspondem à ordem dos nomes acima citados).

Em conformidade com a primeira questão “**O que a levou a se candidatar para o cargo de vereador no município?**”, pode-se observar que três das quatro vereadoras se candidataram para o cargo pois viam uma ponte entre seu trabalho do dia a dia com a legislatura, sendo que trabalham na área da educação e saúde tendo um contato amplo com as pessoas e seu eleitorado, além da vontade e do sonho que tinham em cuidar e lutar pelo povo. Unida a essa análise, foi observado também que uma das vereadoras teve seu incentivo na família durante a sua criação, sendo que desde pequena já frequentava comícios nas campanhas de seus familiares:

“Cresci em palanques, na época era palanques, para fazer os comícios, então eu trago na veia esse sangue político, meu avô foi vice-prefeito duas vezes, o meu pai sempre trabalhou nesse meio e depois minha mãe quis ser vereadora, foi vereadora por uma gestão, saiu candidata a prefeita e atualmente é a vice-prefeita.” (Vereadora B).

Um fato muito interessante a ser discutido, tendo em vista que atualmente no Brasil é visível a presença da instituição família no governo ou ainda o poder concentrado transitando de forma hereditária, conforme nos ensina o professor Ricardo Costa de Oliveira (2012). O nepotismo, assim mostra-se uma verdadeira força na política brasileira, e podemos perceber que ele pode se configurar em verdadeiro *habitus*.

No decorrer da entrevista foi questionado também as outras vereadoras, se viam na família alguma influência ou incentivo para hoje estarem participando deste meio e segundo uma delas, por mais que seus pais não tinham estudo, eram ainda muito engajados nas questões políticas da sociedade, como podemos

perceber na fala de uma vereadora que também é professora:

“Meus pais eram analfabetos, mas pais assim sabe que diziam: Vão estudar, quero vocês sabendo ler e a escrever, tendo a enxada como caneta, mas essa enxada e essa caneta tem um peso muito grande para mim, é de muito valor essa caneta chamada enxada, quando você me pergunta se houve alguma influência, eu digo que sim, porque a minha mãe mesmo sendo analfabeta ela é muito política, minha mãe ela é muito dada dentro da igreja, muito dada dentro da comunidade, muito dada dentro do trabalho, então houve sim um incentivo”. (Vereadora D).

Fica nítido que mesmo que a família não esteja diretamente envolvida com a política partidária ou estatal, a formação da mulher na política acontece em casa, com familiares que valorizam tanto a educação formal, embora sejam analfabetos. Além disso, o exemplo da mãe que tinha um envolvimento social reconhecido na comunidade religiosa (cujas ações são consideradas como “políticas”) são fatores essenciais para a formação e incentivo político da participação em municípios menores.

Referindo-se a segunda questão feita as vereadoras “**Em sua opinião, qual a importância da participação da mulher na política de Cruzeiro do Oeste?**”, é visível a presença de estereótipos em suas falas, como a sensibilidade, o afeto, o amor, entre outros.

“Acredito que uma boa política para nossos representantes realmente representar a nossa comunidade ela tem que ser diversificada e a mulher é essencial, porque a mulher é a cabeça da casa, a mulher além de ter o conhecimento científico, ela também tem o conhecimento do dia a dia, aquela prática amorosa com o filho, com a família, mais sensível”. (Vereadora B).

Percebemos que está presente no discurso que a mulher é essencial na política por conta do seu papel na casa, que, além de exercer um papel “racional”, administrativo, tal papel está relacionado com o sentimento, especialmente o amor aos filhos. A mulher na política significaria um equilíbrio necessário com o domínio masculino, como se a boa política resultasse da equilibração entre o masculino e o feminino, a rua (o trabalho) e a casa (o doméstico). Com certeza, em cidades menores, tal discurso é bastante forte, devido à proximidade da sociedade, e de uma definição de papéis que acompanha a condição sexual. Em outra fala, podemos perceber tal tendência:

“Eu acredito que a mulher na política local e a mulher em várias classes da sociedade em si, nos grupos, nas entidades filantrópicas, traz um olhar diferenciado, porque a mulher é sensível a mais que o homem por natureza, é da mulher, então isso traz um olhar diferenciado, um olhar que talvez no contexto masculino não teria. Em alguns momentos isso tem mais a ser positivo do que negativo, em termos emotivos isso pode ser prejudicial, mas no contexto geral o olhar daquela que gera, que cuida, que é mãe, tudo isso é muito salutar, é diferente, os homens eles realmente são o carro chefe na política e nós mulheres, junto com eles tendo esse olhar diferenciado, soma”. (Vereadora C).

Observamos a naturalização da mulher, presente mais uma vez no discurso da mulher política. No entanto, podemos perceber que para esta vereadora o homem é realmente o “carro chefe” da política, uma vez que o excesso de sentimentalismo da mulher seria, enfim, mais negativo que positivo, especialmente na condução da política. A mulher seria uma “soma” para a política, mas claro, em devidas proporções. A questão do sentimento também aparece na seguinte fala:

“Na minha opinião é necessário, a mulher trabalha muito o coração, quando existe a razão (homem) chega a mulher com razão mais coração. Eu acho que pelo fato e Deus ter dado a dádiva de gerar o coração fala alto”. (Vereadora D).

É comum ver em discursos midiáticos ou até mesmo no pensamento popular essa diferenciação entre o homem e a mulher, tendo em vista que estes estereótipos vêm de berços culturais, capaz de estabelecer características sobre um grupo de pessoas a fim de diferenciá-lo dos demais. Segundo Aronson (2004), estereotipar é “atribuir” características idênticas a qualquer pessoa integrante de um grupo, independente da real variação que há dentre os membros desse grupo. Sendo essa a maior objeção em dizer que por conta de a mulher ser mais sensível, dona da casa e amorosa irá trazer um “equilíbrio”, dizendo assim, para a sociedade, sendo que na verdade este é um estereótipo que pode não ser adequado a diferentes pessoas desse mesmo grupo. De acordo com Panke & Iasulaitis (2016), a mulher candidata deve fazer um uso estratégico de sua condição feminina, o que parece se repetir no caso da mulher que exerce cargo político também.

Ao perguntar as vereadoras se consideravam a participação local baixa com a questão **“Você considera a participação da mulher na política local baixa? Por quais motivos?”**, se manifestaram com muita alegria, refutando que a participação local é ótima, haja vista de que é a primeira vez na história da cidade que este fato acontece, tendo mais de duas mulheres vereadoras dentro da câmara de vereadores. Pudemos perceber um “mascaramento” em relação ao histórico da participação da mulher na política local. Como foram eleitas 4 mulheres, um índice muito expressivo até mesmo para a região (Umarama, cidade próxima, distante cerca de 30 quilômetros de Cruzeiro do Oeste, e com cerca de 100 mil habitantes, teve 2 mulheres eleitas para sua Câmara), este fato parece “apagar” o

passado da cidade, quando havia muita dificuldade para a eleição de uma representante feminina. Vejamos a fala:

“Não, muito pelo contrário, a participação da mulher aqui na nossa câmara de vereadores é muito atuante, ela está muito na alta, até porque quando ocorreu a eleição de quatro mulheres, simplesmente a cidade movimentou conosco”. (Vereadora D).

Um ponto muito importante que deve ser levado em consideração, é o fato de que a cidade movimentou com as candidatas, o que aparece no relato de todas as vereadoras eleitas, que a população efetivamente deu crédito para a eleição de suas representantes, até mesmo “vibrando e incentivando”, o que é um avanço grandioso na sociedade, talvez por ser uma cidade menor e “onde todos se conhecem” como é a fala comum. As candidatas evidenciam que não só tiveram o apoio da população na campanha e atualmente no mandato como também tem dos companheiros vereadores, que tem um respeito imenso com todas, dizem que foram muito bem recebidas por eles e hoje trabalham em união, sendo incentivadas por eles.

Foi questionado as vereadoras as dificuldades da campanha através da questão **“Como foi a sua campanha? Quais as dificuldades enfrentadas?”**, se sentiram mesmo que indiretamente a presença do machismo e como dito anteriormente, todas alegaram que não, muito pelo contrário, tiveram um apoio grandioso por onde passavam, claro que era limitado os lugares que podiam ir sozinhas, mas sempre foram incentivadas até mesmo pelos homens.

“Dificuldades em ser mulher que eu encontrei, ambientes em que eu não podia ir sozinha, na questão física mesmo, mas as reuniões nas casas eram todas maravilhosas, fui muito bem recebida sempre, mas alguns lugares você tem a vulnerabilidade pela questão do receio físico

mesmo, por conta do descrédito da política faz com que o agente político seja visto com maus olhos, ainda mais uma mulher, mas isso aconteceu muito pouco, pois sempre andávamos em grupos então nessa parte foi bem positivo.” (Vereadora C).

Aqui é dito algo muito importante, existe um descrédito da política, que é natural, existente na sociedade, portanto a campanha política já deixa essas pessoas vulneráveis, quando se vê então uma mulher participando deste meio, traz um desconforto ainda maior para essas pessoas, que vê esse agente político com maus olhos. Interessante o apontamento a respeito dos ambientes que uma mulher “não pode ir sozinha”, considerando o discurso que em uma cidade pequena há um certo pacifismo pois “todos se conhecem”, e considerando que se trata de uma representante política do Estado brasileiro, que deve também zelar pelo direito de “ir e vir” de todos os cidadãos.

Ressaltando como dito anteriormente no objetivo deste trabalho sendo analisar os fatores que influenciam na participação feminina na câmara de Cruzeiro do Oeste, tem-se como presunção o fato da população da cidade não apresentar fortes resquícios de machismo entre outros preconceitos, capazes de afastar as mulheres deste meio que é a política, tendo em vista que tem muito a somar junto aos homens e a população. Um outro fator que também pode influenciar na eleição dessas quatro mulheres é a atuação religiosa, sendo três delas praticantes e bem vistas dentro das mesmas.

Considerações Finais

A luz do exposto, pode-se notar que na época atual é naturalizado a divisão sexual do trabalho, tendo como exemplo a responsabilidade das mulheres no cuidado pela vida doméstica, da relação entre feminidade e maternidade, devem

entender o que é ser uma mulher política e do que seria sua ação, enquanto mulher na política. Por essa razão a presença feminina no campo da política é totalmente enfraquecida, tornando um espaço majoritariamente masculino, apesar da ampliação da participação feminina nas esferas da sociedade e também o maior incentivo que tem recebido, o campo da política ainda é um reduto predominantemente masculino. Ainda que através de alguns estímulos como por exemplo a lei 9504/1997 que pode ter influenciado o aumento desta participação ou até mesmo das candidaturas não tem sido garantia de uma política igualitária, o crescimento de candidaturas femininas gera uma expectativa de que a maior oferta de candidatas se traduzisse em maior número de eleitas, no entanto esse crescimento não se manifesta dessa maneira.

O resultado das eleições de 2016 na cidade de Cruzeiro do Oeste trouxe uma mudança significativa para história tendo em vista que desde a primeira legislatura, não houve a presença de mais de duas mulheres ocupando as cadeiras de vereadores na câmara.

Por fim este trabalho pretende lançar um olhar diferenciado, conhecer essas vereadoras que conseguiram se

eleger, sua campanha, suas perspectivas em torno da mulher, e buscar de alguma forma trabalhar com o incentivo das mulheres para ocupar as várias esferas da sociedade.

Referências

- BARBOSA GOMES, J. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. **Notícia Digital:** Londrina-PR, Agência UEL de Notícias. Disponível em: <http://www.uel.br/com/noticiadigital/index.php?arq=ARQ_art&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_Cod_Categoria=1&FWS_N_Texto=3529>. Acesso em: 15/09/2017.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder. Mulher e Política na Bahia.** Salvador: NEIM/ALBa, 1998.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil.** Curitiba: Insight, 2012.
- PANKE, Luciana; IASULAITIS, Sylvia. Mulheres no poder: sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. *Opin. Publica*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 385-417, agosto de 2016.
- SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opin. Publica**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 306-332, Nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S0104-62762009000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15/09/2017.